

FRONTEIRAS ENTRE TEORIA E HISTÓRIA LITERÁRIAS

Maria da Glória Bordini
PPGL/PUCRS

Heidrun Krieger Olinto, em trabalho divulgado no XV Encontro Nacional da ANPOLL, em 2000, sob o título de *1001 Histórias (de Literatura)* (v. www.unicamp.br/iel/histlist, captado em 6 de junho de 2000), discute em exigente nível teórico a relação entre a história da literatura, as novas teorias da história e da literatura e advoga a necessidade de “construção de modelos dinâmicos para os processos múltiplos de transformação do sistema literário”(p. 15) que os regulem e compatibilizem, para torná-los passíveis de ordenação racional, superando sua tendência à dispersão e ao caos.

A pulverização dos eventos e atores históricos (como nas histórias da vida privada, do cotidiano, etc.) coloca ao historiador em geral, e ao da literatura em particular, o desafio de criar modelos narrativos que dêem conta de um número crescente e heterogêneo de variáveis, sem o apoio em esquemas globalizantes e unificadores, como foram os da tradição historiográfica legada pelo Romantismo. A autora aceita que o esquema classificatório da história em períodos, atitude dominante na área de Letras, não se sustenta ante um pensamento historiográfico dirigido pelo princípio da incerteza, como requer a ciência hoje. e interroga, a partir das várias teorias literárias do século XX, a vocação periodológica da história da literatura, que efetua a divisão do tempo em fatias homogêneas pelo espírito de época, em que fenômenos culturais diversos entre si guardariam no mínimo uma afinidade que permitiria matizar-lhes a diferença.

Com esse propósito, convoca as teorias autonomistas para revogar-lhes o poder explanatório em favor das teorias pragmáticas, cuja pergunta não é mais “o que é a literatura” e sim “o que se considera literatura”, levando em conta o onde, quando, como, por que e por quem. Movida por esse desejo de verificar a aplicabilidade das teorias da ação à historiografia e induzida pela rejeição pós-moderna às soluções essencialistas, revisita o estruturalismo jakobsoniano, que vê como irrelevante, porque “numa visão dinâmica [do processo de comunicação] os papéis falante/ouvinte, autor/leitor são intercambiáveis, e o conteúdo temático não existe independente das formas e condições concretas de sua transmissão.”(p.19).

Prefere situar na origem da orientação atual pragmática o dialogismo bakhtiniano, que, compreendendo o discurso como plurivocal e interessado, “implica a coexistência de enunciados sociais heterogêneos” (p.20). Nessa perspectiva, pende decisivamente para o modelo pragmático, em que o sujeito da comunicação é agente social e o valor da obra literária depende de uma adesão consensual. Se nele a literatura é pensada como uma rede de processos interativos e instáveis, que abarcam o circuito de produção e recepção e suas circunstâncias sócio-históricas, impede-se a consideração da significação – e do valor – como implícitos na estrutura textual, à maneira do imanentismo.

Ela pondera que teorias como o desconstrutivismo e a estética da recepção ainda se centralizam no texto, enquanto as teorias da leitura reativa e do empirismo construtivista se ocupam da formação dos contextos de produção e leitura em que o texto é mais um dos fatores, o que os defensores da centralidade do texto vêem como escândalo. Para os contextualistas, a identidade do literário não parte exclusivamente do texto, mas inclui o

sistema de comunicação, com papel mais decisivo, e é essa corrente que traz repercussões nas novas teorias da história literária.

Remontando às teorias formalistas russas da desautomatização, especialmente as de Tinianov sobre a evolução literária como conflito dialético entre formas inovadoras e tradicionais, em séries literárias e não literárias justapostas ou deslocadas, mostra como a elas subjaz uma concepção de linha evolutiva descontínua e revolucionária, o que contrariava a visão marxista ortodoxa da história impelida pelas mudanças infraestruturais. Percebe que a revisão do próprio Tinianov e de Jakobson da dicotomia entre sincronia e diacronia leva ambos a uma compreensão da história como sistema, do qual a série literária seria um subsistema, lado a lado com as séries extraliterárias, em ritmos assíncronos.

Do formalismo russo, ela se remete a Fernand Braudel e à história dos *Annales*, que também reconhece múltiplos tempos sociais, analógicos aos de Tinianov, para chegar a Sigfried Krakauer e sua teoria da dissincronia do sincrônico, que permite compreender o período histórico como uma “mescla de eventos que emergem em diferentes momentos de seus tempos particulares”. (p.25). Tudo isso serve para lembrar que os formalistas russos teriam esboçado questões ainda permanentes sobre como escrever a história, como lidar com a continuidade e as discontinuidades temporais, como tratar a intertextualidade, se o tempo humano progride por curvas temporais de ritmos diversificados.

Esse problema das mudanças localizadas e disseminadas sem uniformidade seria, segundo a autora, tratado pela Estética da Recepção, na década de 70, quando Jauss põe em dúvida o imanentismo estruturalista e o causalismo unidirecional marxista, erigindo a recepção como a instância formadora do literário e dando à figura do historiador, portanto, o papel de selecionar e ordenar os fatos e de preencher os vazios do tempo conforme a noção de fusão de horizontes (de Gadamer). É na noção de horizonte de expectativas que a autora situa a contribuição de Jauss para a reformulação das concepções de história literária, sobretudo a partir do reconhecimento deste que as alterações desse horizonte não dependem apenas da concretização do leitor a partir de normas reconstituíveis e de relações entre obras e cenário literário-histórico ou da oposição entre função poética e prática da linguagem, como queriam os estruturalistas tchecos, mas exigem o contexto social e histórico da recepção.

Com essa reconstituição das contribuições de algumas das teorias do século à história da literatura, a autora quer indicar a guinada dos estudos do textualismo para o contextualismo, que acarretou uma definição pragmática de literatura. Aponta para a transformação dos manuais de teoria literária em coletâneas de autoria múltipla, para a transdisciplinaridade e internacionalização do saber literário, para a autoria consensual/dissensória, para uma terminologia “miscigenada” (p.28). Assim como a literatura se pulverizou e disseminou globalmente, assim também os temas da complexidade e da contingência dos estudos literários tornaram-se correntes, determinando o deslocamento para além dos nacionalismos e das tentativas de teorização unitária.

Toda essa dinâmica teria levado a três propostas que a autora privilegia como modelares: a da idéia de rizoma, “uma teoria das multiplicidades das multiplicidades”, constante em *Mille Plateaux*, de Deleuze e Guattari, em oposição ao binarismo opositivo estruturalista; a de teoria transdisciplinar, caracterizada por Jonathan Culler como ecletismo flexível e descrita por Rorty como algo híbrido entre crítica valorativa, história intelectual, filosofia moral, epistemologia e profecia social; e a de uma ciência da literatura empírica, de Siegfried J. Schmidt, fundada sobre o funcionalismo sociológico de Niklas Luhmann, em

que é possível fazer análises de componentes sistêmicos sem referência a estruturas globais subjacentes, pela fórmula da complementariedade, do isto e aquilo.

O que mais entusiasma a autora é a última alternativa, pois nessa a “literatura é vista como modo de organização de ações comunitárias literárias múltiplas interativas” (p.35), uma “síndrome de texto-ação-comunicação-contexto” que só permite descrições empíricas. Como se trata de um objeto muito heterogêneo e complexo, ela prudentemente recorre a Gebhard Rusch, o qual salienta o perigo de que o modelo teórico destinado a explicar a literatura assim entendida se dilua ou se torne generalizante demais.

Comporiam esse modelo, segundo ele, os textos dos meios de comunicação, os instrumentos de produção tais como organizações, instituições, empresas, autores, leitores, editores, redatores, críticos, agentes, livreiros, espectadores, consumidores, e todas as ações de produção, divulgação, recepção e processamento da informação. Como as articulações seriam instáveis e dependentes entre si e de fatores provenientes da política, da economia, do direito, da educação, da tecnologia, dos grupos e movimentos, do desejo e da emoção individuais, o dinamismo desses processos hipercomplexos seria o grande desafio para a história literária.

Para a autora, “toda a forma de historiografia, como estudo de processos de mudança, preocupa-se com problemas de periodização, ou seja, com decisões quanto à nomeação e à sistematização de períodos e sua delimitação numa estrutura temporal” (p.37). Valendo-se de Andras Sandor, identifica na demarcação de períodos da história da arte oscilações determinadas por juízos estéticos e ideológicos. Com Jauss, reconhece a artificialidade e o caráter provisório das normas que definem os limites periodológicos. Nem a definição cronológica, nem a conteudística, resolvem a labilidade dessas fronteiras temporais, atestando, apenas, sua estruturação relacional.

Partindo da noção de Uwe Japp, de história literária como história das crises de sentido, reconhece que a complexidade dos processos histórico-literários é provocadora de traumas no historiador que deve lidar com essa matéria escorregadia e com critérios estéticos e ideológicos legítimos, concluindo, com Schmidt (v.p.42) pela inxequibilidade da historiografia literária, uma vez que suporia o domínio prático das novas teorias da história, o respeito a uma periodização assíncrona, a recusa à síntese e à homogeneização, o reconhecimento de durações variáveis, um esforço de reorganização constante e excepcional paciência com a incerteza e o caos de relações entrecruzadas e transitórias que o próprio historiador produziria.

Esse percurso pelos intrincados meandros das teorias contemporâneas da literatura, acompanhando minuciosamente os deslocamentos e condensações que efetuam em torno de seu objeto sempre redefinido, e mais – a tentativa de pensar suas conexões possíveis com as narrativas da historicidade desse objeto tão fugidio e multifatorial - tornam o trabalho de Heidrun Krieger Olinto um modelo de reflexão criativa, dentro da dimensão comunicativa e transdisciplinar que ela mesma erige como uma das alternativas mais adequadas para o pensamento de uma história da literatura que responda às mudanças de concepção do objeto literário nesses tempos pós-modernos.

Entretanto, esse diálogo estabelecido entre teoria e história da literatura apresenta alguns paradoxos, a demonstrar que também a autora sofre a força dos “interesses e paixões” – tema, aliás, que aparece no título de seu trabalho publicado na coletânea que

organizou –, os quais convulsionam a objetividade buscada na revisão dos pressupostos e motivações dos postulados teóricos a serem invocados em auxílio à historiografia literária.

O primeiro ponto paradoxal está na centralidade, num trabalho que a rejeita, da ciência da literatura empírica de Schmidt. Na verdade, esse lingüista do texto ingressou nas discussões teóricas da literatura pelos anos 70, transladando a concepção pragmática da lingüística para a literatura, sem contudo, conseguir propor um modelo explanatório factível para esta. O resultado é que, a partir de seu modelo, que não é bem a teoria sistêmica de Luhmann - a qual repercutiu, talvez, sobre o pós-estruturalismo francês, mais exequível em termos de narração historiográfica -, a história da literatura se inviabiliza e se fragmenta numa sucessão de descrições pontuais, cuja interligação se torna tão ramificada e complexa que escapa ao esforço do historiador.

Atribuir, por um lado, a origem dessa visão pragmática à desestruturação da história linear positivista efetivada pelos formalistas russos é também buscar um começo que não há, pois muito antes deles já Heródoto e Tucídides contavam uma história episódica, não causalista, embora voltada para a compreensão dos eventos. Todavia, a lembrança de Tinianov, com sua hipótese dialética e serial – que poderia se beneficiar de uma extensão tcheca sobre as repercussões da literatura com Vodicka – que apaixona a autora com a noção de assincronia, tem em seu cerne um entrave ideológico: a crença marxista de que a história é evolutiva, e que os movimentos de desautomatização são melhores, porque, assim como a Revolução, impulsionam a marcha da história para a frente e para um estado aperfeiçoado.

Igualmente a visão de Deleuze e Guattari sobre o sistema literário como rizoma é sedutora porque parece, hoje, afinar-se com a concepção reticular de hipertexto da Informática e também com a história dos eventos de Foucault, em que se articulam continuidade e descontinuidade sem linearidade e plenitude. Entretanto, é possível pensar em periodização a partir da noção de rizoma? Por outro lado, a imagem não parece fornecer uma metáfora menos centralizadora para a historiografia. Afinal, um rizoma tem suas ramificações e filamentos unificados pelo núcleo da raiz, por mais emaranhados e desordenados que pareçam. Se transferida a metáfora para a história literária, no fundo o texto continuaria central, seria o núcleo das múltiplas circunstâncias socio-históricas de produção e recepção. Pode-se perguntar, maliciosamente, com Stanley Fish, se há um texto nessa sala de aula, mas haverá, em contrapartida, história da literatura sem literatura? Por mais que se pense em redefinir o literário, não é numa noção de texto que se imbricam os filamentos da ação comunicativa, ou do contexto, que constituem o sistema literário e suas interações com os demais sistemas da cultura?

Por último, por que a história da literatura tem de ser pensada, como o faz a autora ao longo de sua jornada através das teorias da história e da literatura, em termos de periodização? O que obriga o historiador, senão o hábito – acadêmico ou histórico – a cortar o tempo antropológico em segmentos sucessivos, sejam eles de conteúdo homogeneizado ou não, quando fenomenologicamente o tempo da consciência, tempo próprio do homem, se fundamenta num fluxo sem origem nem finalidade, numa estrutura de foco e horizonte, um caos de memória, razão, emoção, vontade e fantasia, em que se pode ir para frente e para trás, se pode justapor e contrapor, seguir a sucessão ou contrariá-la?

O que seria, possivelmente, um modelo viável de história literária seria aquele que levasse em conta a temporalidade da consciência e suas estruturas de sentido, capturando

nessas a descontinuidade dos eventos. Como a história não resulta de ações individuais, o conceito de intersubjetividade forneceria o elemento consensual/dissensório, mas o tempo intersubjetivo teria no mundo da vida o seu fundamento, garantindo-se, assim, através de sua empiria, um ponto de apoio para as múltiplas intencionalidades que o visariam.

Essa temporalidade não poderia ser segmentada e classificada, no máximo poderia ser narrada segundo um fio arbitrário que costurasse sua matéria instável, a literatura intersubjetivamente reconhecida como tal, e que fizesse as associações possíveis com os dados contextuais, tanto os inconscientes quanto os aparentes. Nesse sentido, o fundamento para essa ação intencional estaria nos vestígios materiais a que ela se dirigisse para dar-lhes sentido, o que reforçaria a função, no sistema assim constituído e constituinte, das fontes documentais primárias.

Uma história da literatura que se quer científica, quando se sabe que a posição do observador afeta o objeto observado, precisa levar em conta o lugar de onde fala o historiador, o que poderia ser regulado pela materialidade das fontes documentais. Embora tais fontes também impliquem intenções, desvestidas das camadas históricas de discursos definidores por um historiador que ao mesmo tempo seja um colecionador atento e inclusivo e um arqueólogo em busca de sentido onde só há ruínas, expressariam todo o jogo de poderes que as teriam instituído enquanto matéria para a história literária, revelando, nesse ato, também de onde estariam sendo consideradas.

Essa história dos fenômenos literários não poderia ser discriminatória, hierárquica ou periodológica. Valendo-se da noção de transtextualidade, partiria de algum lugar à luz dos interesses do historiador, de um texto-chave, e, num moto-contínuo de associações com as circunstâncias de produção-recepção, tanto psíquicas, quanto econômico-sociais, manifestas ou veladas, com a tradição literária e os movimentos de ruptura, com os intertextos com que dialoga, reconstituiria os espaços de tempo que essa chave pudesse abrir. A inumerabilidade de conexões possíveis seria controlada bipolarmente, pela intencionalidade do historiador, intersubjetivamente ligado a seu tempo, e pelos documentos-fonte relacionados à obra-objeto.